

HISTÓRIA DO MARXISMO NO BRASIL



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor

ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA MEIRELLES

Coordenadora Geral da Universidade

MARIA LUIZA MORETTI



Conselho Editorial

Presidente

EDWIGES MARIA MORATO

ALEXANDRE DA SILVA SIMÕES – CARLOS EDUARDO ORNELAS BERRIEL

CARLOS RAUL ETULAIN – CICERO ROMÃO RESENDE DE ARAUJO

DIRCE DJANIRA PACHECO E ZAN – IARA BELELI – MARCO AURÉLIO CREMASCO

PEDRO CUNHA DE HOLANDA – SÁVIO MACHADO CAVALCANTE

ORGANIZAÇÃO
João Quartim de Moraes

HISTÓRIA DO MARXISMO NO BRASIL

VOLUME 3
TEORIAS. INTERPRETAÇÕES

2ª EDIÇÃO

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

H629 *História do marxismo no Brasil* / organizador: João Quartim de Moraes. 2ª ed.
– Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

Conteúdo: v. 3. Teorias. Interpretações.

1. Comunismo – Brasil. 2. Partidos políticos – Brasil. I. João Quartim de Moraes. II. Título.

ISBN 978-85-268-0765-5

CDD 320.5320981
329.981

Índices para catálogo sistemático:

1. Comunismo – Brasil	320.5320981
2. Partidos políticos – Brasil	329.981

Copyright © by Organizador
Copyright © 2007 by Editora da Unicamp

1ª edição, 1998
2ª reimpressão, 2021

Opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas
neste livro são de responsabilidade do autor e não
necessariamente refletem a visão da Editora da Unicamp.

Direitos reservados e protegidos pela lei 9.610 de 19.2.1998.
É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização,
por escrito, dos detentores dos direitos.

Impresso no Brasil.
Foi feito o depósito legal.

Direitos reservados a

Editora da Unicamp
Rua Sérgio Buarque de Holanda, 421 – 3ª andar
Campus Unicamp
CEP 13083-859 – Campinas – SP – Brasil
Tel./Fax: (19) 3521-7718 / 7728
www.editoraunicamp.com.br – vendas@editora.unicamp.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

<i>João Quartim de Moraes</i>	7
-------------------------------------	---

PARTE I

TEORIAS

1 – O IMPACTO DA TEORIA ALTHUSSERIANA DA HISTÓRIA NA VIDA INTELECTUAL BRASILEIRA <i>Décio Saes</i>	13
2 – O GRAMSCI NO BRASIL: RECEPÇÃO E USOS <i>Carlos Nelson Coutinho</i>	151

PARTE II

INTERPRETAÇÕES

3 – CONCEPÇÕES COMUNISTAS DO BRASIL DEMOCRÁTICO: ESPERANÇAS E CRISPAÇÕES (1944-1954) <i>João Quartim de Moraes</i>	197
4 – O DUAL, O FEUDAL E O ETAPISMO NA TEORIA DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA <i>Carlos Alberto Dória</i>	245
5 – INTELECTUAIS DO ISEB, ESQUERDA E MARXISMO <i>Caio Navarro de Toledo</i>	299

6 – A POLÍTICA CULTURAL DOS COMUNISTAS	
<i>Celso Frederico</i>	337
7 – MARXISMO, CULTURA E INTELLECTUAIS NO BRASIL	
<i>Antônio Albino Canelas Rubim</i>	373

APRESENTAÇÃO

Teorias. Interpretações. O título do presente volume corresponde à dualidade de sua composição. Os dois primeiros capítulos estão consagrados a dois dos grandes teóricos marxistas do século XX, Gramsci e Althusser, cuja profunda influência sobre o pensamento da esquerda brasileira a partir dos anos 1960 é desnecessário enfatizar. Com eles completa-se a exposição, desenvolvida no volume 2, dos principais *influxos teóricos recebidos pelo marxismo brasileiro*. Os cinco outros são *interpretações* marxistas de grandes questões brasileiras: democracia, desenvolvimento nacional, contradições estruturais, cultura popular.

Aos que não tenham lido os dois volumes anteriores, vale esclarecer que, desde 1988, quando se reuniu em Teresópolis um seminário especialmente consagrado à discussão do projeto História do Marxismo no Brasil, se formou o consenso de que o tema deveria ser tratado em três aspectos complementares: a *recepção* das idéias marxistas, a *interpretação* do Brasil inspirada nessas idéias e a *ação revolucionária* que elas suscitaram. Relativamente a esse consenso, o terceiro volume marca a passagem do primeiro para o segundo eixo temático. Conclui a exposição dos influxos vindos de fora e começa a das visões marxistas da sociedade, da cultura e da revolução brasileira.

Preservamos, nos volumes já publicados, a concepção de uma estrutura em três eixos, adaptando-a, no entanto, às condições concretas de elaboração de cada volume. Tentamos inicialmente, no que fomos mais cartesianos que dialéticos, fazer corresponder um volume a cada eixo temático. Logo ficou claro, entretanto, já a propósito do primeiro eixo, que teríamos de melhor distinguir, de um lado, o *impacto* exercido na esquerda brasileira pelas revoluções inspiradas no marxismo e, de outro, a *recepção* da teoria marxista. É evidente, com efeito, que o tipo de influência exercida por processos revolucionários concretos, sobretudo se épicos e exitosos, como o foram a Revolução de Outubro, a Revolução Chinesa, a Revolução Cubana, opera de maneira distinta daquela resultante de processos intelectuais de absorção das obras de Marx, Engels, Lênin e continuadores.

A realização editorial do primeiro eixo desdobrou-se, portanto, nos dois volumes publicados respectivamente em 1991 e em 1995 e nos dois primeiros capítulos do presente volume, que completa as análises da recepção das teorias marxistas desenvolvidas no segundo.

As dificuldades decorrentes das restrições orçamentárias impostas às universidades públicas e da contração do mercado editorial explicam o considerável atraso da publicação deste terceiro volume relativamente a nossas demasiado otimistas previsões anteriores. A espera forçada trouxe-nos ao menos o benefício de deixar tempo para discutir, sem a ansiedade da pressa, o prosseguimento do projeto. Se três volumes foram necessários para concluir o primeiro eixo temático e avançar na exposição do segundo, ficava evidente que os três eixos não poderiam caber em quatro volumes. Uma remodelação se impunha. Para tanto, ampliamos a Comissão Editorial, discutimos o projeto em todos os aspectos e, em reunião ocorrida em dezembro de 1997, decidimos consagrar o quarto volume ao segundo bloco temático (interpretações marxistas do

Apresentação

Brasil) e dois outros mais ao terceiro e último bloco (o combate revolucionário dos marxistas brasileiros).

João Quartim de Moraes
Abril de 1998/junho de 2007

PARTE I

TEORIAS

O IMPACTO DA TEORIA ALTHUSSERIANA DA HISTÓRIA NA VIDA INTELECTUAL BRASILEIRA*

Décio Saes

À memória de Luiz Pereira e de Eginardo Pires

Ao anunciarem a morte de Louis Althusser, em 1990, alguns órgãos de imprensa brasileiros repercutiram, nos necrológios preparados para a ocasião, uma idéia que já se difundia havia algum tempo no meio acadêmico local. Desde a década de 1980, circulava nesse meio, de modo informal e difuso, a opinião de que o impacto do pensamento althusseriano na vida intelectual do Ocidente e, mais especificamente, no Brasil, se teria esgotado em meados da década de 1970 ou, no mais tardar, nos fins dessa década.

Essa opinião exprime corretamente a realidade? Antes de ser respondida globalmente, tal questão deve ser abordada na análise da vida intelectual dos diferentes países ocidentais. No que diz

* Este trabalho é fruto das atividades de pesquisa e discussão desenvolvidas no grupo de estudos sobre o pensamento althusseriano, que funcionou no IFCH da UNICAMP de novembro de 1987 a setembro de 1993. A pesquisa bibliográfica sobre o impacto do pensamento althusseriano na vida intelectual brasileira começou no final de 1991 e foi realizada por Sérgio Soares Braga e por nós; no biênio 1992-1993, Luciano Cavini Martorano juntou-se ao grupo na discussão dos textos constantes na bibliografia anteriormente levantada. Portanto, sem a preciosa colaboração desses colegas, este texto não poderia ter sido escrito, razão pela qual deixamos aqui o nosso agradecimento. Mas os erros eventualmente cometidos na interpretação dos textos e as posições teóricas aqui defendidas são de nossa inteira responsabilidade.

respeito especificamente ao Brasil, essa opinião — digamo-lo desde logo — está longe de espelhar fielmente a realidade. Uma pesquisa bibliográfica cuidadosa revelará que o pensamento althusseriano ainda é posto pelos intelectuais brasileiros como objeto de reflexão, em plena década de 1980. Dois breves exemplos: em 1983, Ruy Fausto publica em português — como capítulos do livro *Marx/ lógica e política* — alguns dos melhores ensaios “brasileiros” sobre o pensamento althusseriano; e, pouco antes de se encerrar a década de 1980, Ronald de Oliveira Rocha aborda, em “Modo de produção de transição: crítica a uma categoria estruturalista”,¹ um tema teórico — a concepção althusseriana de “modo de produção” — que o senso comum acadêmico já supunha sepultado.

O fato de, 20 anos após a emergência da corrente teórica althusseriana, suas teses ainda constituírem objeto de reflexão no Brasil nada tem, em si mesmo, de surpreendente. O amadurecimento da reflexão sobre qualquer corrente inovadora de pensamento jamais se processa instantaneamente; muito ao contrário. Esse processo de amadurecimento intelectual ocupa não meses, e sim anos, ou até mesmo décadas. Por essa razão, muitos dos trabalhos que repercutem imediatamente, de modo “positivo” ou “negativo”, teses inovadoras, tendem a uma certa superficialidade; e configuram, numa certa medida, expressões daquilo que a sociologia da cultura convencionou chamar “modas intelectuais”. Ora, paralelamente à implantação e à estabilização (sempre efêmera) de uma nova moda intelectual — até mesmo após o esgotamento dessa moda —, processa-se, num círculo intelectual restrito, a assimilação profunda, em todas as suas implicações e mediações, das teses superficialmente convertidas em moda intelectual. Por “assimilação profunda” entenda-se: capacidade de propor novos argumentos favoráveis a tais teses e de desenvolver teoricamente alguns de seus aspectos; ou, inversamente, capacidade de criticá-las, expondo sistematicamente seus desajustes internos e, no limite, contrapondo-lhes alguma alternativa teórica.

No que diz respeito à repercussão do pensamento althusseriano, pode-se detectar o desenvolvimento, no Brasil pós-1965 (data da publicação de *Pour Marx* na França), desses distintos processos intelectuais: a abordagem superficial e a assimilação profunda. Ora, é deste último processo que vamos nos ocupar aqui. Essa escolha nos afasta, em primeiro lugar, da incumbência de escrever a reportagem sobre a evolução da “moda althusseriana” no Brasil. Em segundo lugar, ela nos desobriga de oferecer ao leitor um registro das incontáveis menções feitas ao pensamento althusseriano na literatura filosófica, histórica e sociológica brasileiras. Por último, ela exclui a abordagem das inúmeras empreitadas de “utilização prática” — operatória — dos conceitos althusserianos, desde que esse procedimento “prático” não se faça acompanhar de uma efetiva reflexão teórica sobre tais conceitos.

O que nos interessa aqui, portanto, é a literatura brasileira que fixa como objeto explícito os conceitos e as teses formulados pela corrente althusseriana. Essa literatura é aquela que “pensa” sobre o pensamento althusseriano, ao invés de simplesmente “utilizá-lo”. Pretendemos, portanto, apontar os conceitos e teses althusserianos que se convertem, no Brasil, em objeto explícito de reflexão. E, mais ainda, buscamos definir os *termos* da recepção de tais conceitos e teses no contexto intelectual brasileiro; e essa busca implica reconstituir as linhas de argumentação favoráveis ou contrárias a tais conceitos e teses.

Mas também foi necessário, para os fins de redação deste ensaio, fazer uma segunda escolha. Nossa pesquisa bibliográfica sobre o impacto do pensamento althusseriano no Brasil produziu material abundante, cuja exploração não se poderia fazer no espaço de um único texto. Por isso, abordaremos aqui tão-somente o impacto de um aspecto específico do pensamento althusseriano na vida intelectual brasileira: a teoria althusseriana da história, ou — dito de outra forma — a versão althusseriana do materialismo histórico. Neste ensaio, deixaremos, portanto, de lado o impacto produzido

sobre os intelectuais brasileiros pelos temas cruciais da “filosofia” althusseriana: a distinção de “filosofia” e “ciência”, por um lado, e de “ciência” e “ideologia”, por outro; a distinção de “objeto real” e de “objeto de conhecimento”; a caracterização do processo de conhecimento através do esquema das “três generalidades”; a afirmação de que os critérios de validação da prática científica são puramente “internos”; a identificação de uma “censura epistemológica” no pensamento de Marx. Há muito a dizer sobre o impacto da “filosofia” althusseriana na vida intelectual brasileira. Seria, portanto, inconveniente que repartíssemos o espaço desse texto entre a abordagem de tal impacto e a análise da repercussão obtida entre os pesquisadores brasileiros pela teoria althusseriana da história. Caso o fizéssemos, o resultado seria excessivamente superficial e panorâmico no que diz respeito ao impacto de *ambos* os aspectos do pensamento althusseriano na vida intelectual brasileira. Assim, tivemos de optar; mas não quisemos sugerir, por meio de nossa escolha — a abordagem do impacto da versão althusseriana do materialismo histórico —, que um tema seja prioritário em relação ao outro. No terreno da história do impacto das idéias marxistas no Brasil, há ainda muito trabalho por fazer; e todos os esforços desenvolvidos nessa direção serão bem-vindos.

A reconstrução althusseriana da teoria marxista da história

“Marx abriu para o conhecimento científico um novo e terceiro continente científico, o continente História [...]”. Essa fórmula, proposta por Althusser em *Lénine et la philosophie*,² resume um dos aspectos centrais da postura assumida pela corrente althusseriana³ diante da teoria marxista. Para tal corrente, o marxismo contém não apenas uma filosofia (o materialismo dialético), como também uma ciência: a ciência da História (ou materialismo histórico).⁴

É visível, nessa postura, a intenção de reafirmar o caráter científico do marxismo e de contrariar um certo anticientificismo, já solidamente enraizado no campo do chamado “marxismo ocidental”. Emergindo desse campo intelectual específico, tal qual ele se apresenta nos anos 1960, a proposta althusseriana assume objetivamente uma feição polêmica, já que para as correntes dominantes do “marxismo ocidental” a legitimação teórica da distinção daquelas duas disciplinas significa não um retorno ao marxismo clássico, e sim uma restauração inesperada e extemporânea do marxismo da Terceira Internacional (ou, para sermos mais explícitos, do marxismo staliniano).⁵

Mas a corrente althusseriana não sustenta apenas que a teoria marxista contém duas disciplinas distintas: o materialismo histórico e o materialismo dialético. Ela também defende a tese segundo a qual a teoria marxista é, *antes de mais nada* — isto é, em primeiro lugar —, uma ciência da história. Althusser abordou, em inúmeros textos, o tema da primazia da ciência da história marxista diante da filosofia marxista. Uma formulação lapidar acerca desse tema encontra-se na nota “Aos leitores brasileiros”, que abre a edição local de *Pour Marx*:

[...] a fundação da ciência da história por Marx “provocou” o nascimento de uma nova filosofia teórica e praticamente revolucionária: a filosofia marxista ou materialismo dialético. O fato dessa filosofia sem precedentes ainda se encontrar, do ponto de vista de sua elaboração teórica, em atraso, em relação à ciência marxista da História (o materialismo histórico), explica-se por razões teóricas: as grandes revoluções filosóficas são sempre precedidas e “veiculadas” pelas grandes revoluções científicas, que nelas “operam”, mas é preciso um grande trabalho teórico e uma grande maturação histórica para conferir-lhes uma forma explícita e adequada.⁶

Essa tese — a da primazia do materialismo histórico diante do materialismo dialético — só pode sustentar-se caso sejam redefinidas as “esferas” respectivas do materialismo histórico e do

materialismo dialético (ampliação da primeira esfera e redução da segunda). Mais adiante, abordaremos parcialmente esse processo de redefinição, ao reconstituirmos a versão althusseriana do materialismo histórico.⁷

A redefinição althusseriana da esfera do materialismo histórico começa, evidentemente, pela abordagem da seguinte questão: qual é o *objeto* da ciência da história? Inúmeros textos produzidos pela corrente althusseriana pronunciam-se sobre tal questão. A análise de tais textos revela, de um lado, que certas idéias gerais inspiram igualmente todas essas tentativas particulares de reflexão sobre o objeto da ciência da História; e, de outro, que há diferenças mais ou menos agudas entre as diversas fórmulas propostas nesse terreno.

Evoquemos inicialmente a fórmula proposta por Althusser em *Lire Le capital*: ela se destina a demarcar liminarmente o terreno do materialismo histórico e a distingui-lo de toda e qualquer concepção empirista de História. Contrariando aqueles historiadores para os quais todo acontecimento é histórico (tudo o que ocorreu no passado sendo, nesse caso, História), Althusser propõe uma definição “rigorosa” — isto é, restritiva — de *fato histórico*. Segundo tal definição, são fatos históricos, “[...] entre todos os fenômenos que se produzem na existência histórica, os *fatos que afetam com uma mudança as relações estruturais existentes*”.⁸ Não é conveniente, por ora, explorar todos os termos dessa definição. Neste momento, só queremos indicar que, conforme essa definição, nem todo acontecimento — ou, por outra, nem tudo aquilo “que se produziu na existência histórica” — deve constituir objeto da ciência da História. O processo histórico, já reconstruído pelo materialismo histórico, abrange, portanto, tão-somente os processos de mudança das estruturas existentes; isto é, de transformação do tipo vigente de sociedade. Em suma: se, nos termos dessa fórmula, nem todo “passado” é sinônimo de “História”, isso ocorre porque nem todo “passado” é sinônimo de “mudança social”.

É interessante, agora, mencionar a definição de *acontecimento histórico* proposta por Althusser no “Anexo” de “Contradição e sobre-determinação”. Pode-se igualmente detectar a presença, sob essa formulação, da intenção de criticar a identificação convencional de “acontecimento passado” e “História”; e de abrir caminho, dessa forma, para a conceituação rigorosa do objeto da ciência da História. Porém, o conteúdo da definição ali proposta, de *acontecimento histórico*, é diferente do conteúdo da definição de *fato histórico* apresentada por Althusser em *Lire Le capital*. Diz Althusser em “Contradição e sobre-determinação”:

O que faz que tal acontecimento seja histórico não é que ele seja um *acontecimento*, é justamente a sua *inserção em formas elas próprias históricas*, nas *formas do histórico como tal (das formas da estrutura e da superestrutura)* [...] Um acontecimento que cai sob essas formas, que tem motivo de cair sob essas formas, *que é um conteúdo possível para essas formas*, que as afeta, que lhes diz respeito, as reforça ou as enfraquece, que as provoca ou que elas provocam, ou mesmo escolhem ou selecionam, eis aí um acontecimento histórico.⁹

Pode-se notar que, nos termos dessa definição, *acontecimento histórico* não é apenas o acontecimento que “afeta com uma mudança as relações estruturais existentes” (como Althusser propõe em *Lire Le capital*). Aqui, é histórico todo acontecimento que se relacione *de algum modo* — positivo ou negativo — com as estruturas existentes. Vale dizer, é histórico tanto o acontecimento que contribui para a *transformação* dessas estruturas quanto o acontecimento que contribui para sua *conservação*.

Althusser propõe, portanto, em pontos diferentes de sua obra, definições diversas de “fenômeno histórico”: na primeira passagem citada (a de *Lire Le capital*), ele identifica “História” e “mudança social”; na segunda passagem citada (a de *Pour Marx*), ele inclui dentro da “História” não apenas a “mudança social” como também a “reprodução social”. É importante sublinhar ainda uma vez que,

por trás da diferença, subsiste uma certa unidade entre as duas definições. A saber, ambas colocam em questão a concepção — qualificada como “empirista” — que identifica “História” e “passado”. De qualquer modo, é imperativo que respondamos à seguinte questão: Qual das duas definições de “fenômeno histórico” produz efeitos teóricos dominantes no conjunto dos textos produzidos pela corrente althusseriana? Resposta: É a definição ampliada de “fenômeno histórico”, proposta no “Anexo” de “Contradição e sobre-determinação”, segundo a qual é histórico todo o acontecimento que se relacione de algum modo — positivo ou negativo — com as estruturas existentes.

Qual é o fundamento dessa afirmação? Para responder a essa pergunta, é preciso ter em conta que a definição de “fenômeno histórico” não esgota, para a corrente althusseriana, *todo* o trabalho de delimitação do objeto de ciência da História. Para que esse trabalho se complete, é necessário que essa definição deságüe outros conceitos. Quando, em “Contradição e sobre-determinação”, Althusser define como históricas as *práticas* de algum modo relacionadas com as *estruturas* (negando, portanto, tal qualidade à infinidade de atos cotidianos destituídos de qualquer relevância para conservação ou transformação dessa estrutura), ele já está indiretamente apontando as estruturas como objeto privilegiado da ciência da História.

Mas, de que está falando Althusser, ao relacionar de modo algo sumário a “História” e as “estruturas”? Noutra passagem de “L’objet du Capital”, Althusser esclarece que o objeto da teoria da História é a “totalidade (social) complexa”.¹⁰ Por “totalidade social complexa”, Althusser entende um modelo geral de funcionamento das sociedades humanas, aplicável na análise de sociedades concretas pertencentes às mais diversas épocas históricas. Esse modelo é denominado por Althusser “modo de produção”, o que significa que esse autor confere a tal expressão um sentido mais abrangente que aquele predominante nos textos clássicos do marxismo.¹¹ Ora, a